



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
CAMPUS DOS MALÊS
INSTITUTO DAS HUMANIDADES E LETRAS**

MILENA SANTOS SANTIAGO

**REDE DE MULHERES PARLAMENTARES NOS PAÍSES AFRICANOS DE
LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA**

São Francisco do Conde

2018

MILENA SANTOS SANTIAGO

**REDE DE MULHERES PARLAMENTARES NOS PAÍSES AFRICANOS DE
LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA**

Projeto de Pesquisa apresentado como trabalho de conclusão de curso do Bacharelado em Humanidades na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB, sob a orientação da Prof^ª. Dr^ª. Maria Cláudia Cardoso Ferreira.

São Francisco do Conde

2018



MILENA SANTOS SANTIAGO

**REDE DE MULHERES PARLAMENTARES NOS PAÍSES AFRICANOS DE
LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA**

Projeto de pesquisa apresentado à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em 01 de novembro de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Maria Cláudia Cardoso Ferreira (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof.^a Dr.^a Cinthia Regina Campos Ricardo da Silva

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof.^a Dr.^a Rutte Tavares Cardoso Andrade

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	5
2. JUSTIFICATIVA.....	9
3. OBJETIVOS.....	11
3.1 GERAL.....	11
3.2 ESPECÍFICOS.....	11
4. QUADRO TEÓRICO.....	11
4.1 ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL.....	11
4.2 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA.....	12
4.3 SOCIEDADE CIVIL.....	13
4.4 GÊNERO.....	13
4.5 DEMOCRACIA.....	14
4.6 DESENVOLVIMENTO.....	15
5. METODOLOGIA.....	18
6. CRONOGRAMA.....	20
7. REFERÊNCIAS.....	21

1. INTRODUÇÃO

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) é uma organização internacional que reúne os seguintes países: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste em busca do desenvolvimento econômico, político, social e ecológico. Através de uma percepção democrática, são firmadas cooperações e concertações políticas a fim de consolidar alianças e acordos pelo viés de tentar resolver problemáticas e suprir necessidades desses países. Acredita-se, dessa forma, ser possível fortalecer, equilibrar e pacificar os ambientes doméstico e/ou internacional, assumindo compromissos com base no compartilhamento de uma herança histórica pela língua portuguesa como traço colonial.

Consoante os Estatutos da CPLP¹, a ideia desta organização, institucionalizada no ano 1994, é de promover encontros entre os Estados-Nações, diversos organismos políticos e econômicos, ONG's, empresas e entidades públicas e privadas voltadas a discutir a realidade política que ultrapassa fronteiras e pensar em alternativas para resolver problemas existentes e comuns às comunidades, por meio de uma atuação conjunta. Dessa maneira, é conferido um caráter prioritário a setores da educação, saúde, defesa, segurança alimentar e ambiental.

Esta organização tem sua sede em Lisboa - Portugal e é representada por uma Assembleia Parlamentar, que a cada dois anos propõe a candidatura um Parlamento dos Estados membros para assumir faculdades do Secretariado Executivo, o qual fica a frente das principais tomadas de decisões, além de promover a organização. A sustentação financeira da mesma se dá por meio de articulações, acordos e cooperações ligadas aos membros, dentre outras organizações internacionais.

Em meio aos contextos de concertações políticas, econômicas e sociais diversas, constata-se que a condição da mulher, está, ainda, condicionada ao domínio de uma cultura patriarcal. A problemática das desigualdades baseada no gênero está presente em todas as esferas das sociedades, incluindo à política, invisibilizando o papel da mulher no meio social e ferindo direitos básicos que comprometem diversas formas de liberdade e igualdade

¹ Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) ocorrida em Lisboa, Portugal e vigente desde o dia 2 de Novembro de 2017, com revisões de São Tomé em 2001, Brasília em 2002, Luanda em 2005, Bissau em 2006 e Lisboa em 2007. Disponível em: https://www.cplp.org/Files/Filer/Documentos%20Essenciais/Estatutos_CPLP_REVLIS07.pdf Acesso em 12 de Out de 2018

previstas nos Direitos Humanos². As dificuldades e vulnerabilidades sofridas por elas, por essa razão, são determinadores comuns que fazem parte da realidade dos países membros da CPLP.

Percebe-se que as mulheres, ao longo da história, foram limitadas pela participação e representatividade política, opressões fundamentadas por uma estrutura de poder que naturalizou o ato de inferiorização e enraizou-o no comportamento social. Por conseguinte, estabeleceram-se obstáculos a perpetuar a posição da mulher com dependências diversas aos homens. É possível explicar essa realidade, conforme Suárez (1991, p. 5), através de diferenças culturais estabelecidas e legitimadas através de funções dicotômicas entre a “cultura” e “natureza”. Ela salienta que:

"natureza" e "cultura", dois conceitos postos dicotomicamente, são de grande importância para entender o imaginário que constrói tanto "a mulher" quanto "o negro". A existência dessa dicotomia permite entender que tudo quanto existe no mundo é natural (dado pela natureza), ou então, cultural (feito pelo "homem") (SUÁREZ, 1991, p. 5)

Observa-se que a “natureza” está ligada às categorias “mulher” e “negro”, vistas como corpos dispostos a dominação, e a “cultura” aos homens, como portadores da civilização. Esse sistema de poder no campo político cumpre com a capacidade de decidir, influenciar e/ou agir em favor de interesses determinando as interações sociais (GIDDENS; SUTTON, 2017). Portanto, presume-se que o relacionamento entre o campo cultural e o campo da natureza é marcado pela autonomia do primeiro sobre o último.

Nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), este caráter histórico de múltiplas desigualdades de gênero pode ser entendido ainda no princípio do imperialismo, segundo o qual reforçava o patriarcalismo³. Integrava o regime colonial com ideologias associadas ao controle e limitação do movimento de mulheres difundidas na violação, degradação e domesticação, desse modo, “construíram as mulheres como as portadoras e sustentadoras das tradições e dos costumes, como reservatório da cultura” (MAMA, 1997, p. 11).

² Compreende-se melhor esta ideia nos Artigos 3º e 7º da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por> Acesso em: 12 de Out de 2018

³ Pode ser entendido na visão de Giddens e Sutton (2017) como “dominação sistemática feita pelos homens sobre as mulheres em algumas ou todas as esferas e instituições da sociedade”.

Na contemporaneidade, o ativismo feminista⁴ na busca de equiparar discrepâncias nos direitos e privilégios entre homens e mulheres tem ganhado forças. A temática tornou-se preocupação de debates e pautas de ordem pública e chama a importância para pensar em estratégias de inserção da mulher no meio político, econômico e social.

Com esse propósito, surge a Rede de Mulheres Parlamentares, um organismo formado por cada Assembleia Parlamentar da CPLP que tem por objetivo tratar de questões sobre a igualdade e equidade de gênero. Assim, mulheres em efetividade de funções nos países membros se organizam e constituem a Rede em prol do empoderamento e capacitação política de outras mulheres enquanto incentivo para que possam, cada vez mais, fazer parte dessa atividade, seja colaborando com a participação ou representatividade, principalmente, para garantir que suas necessidades e experiências vivenciadas por elas também façam parte do plano de ação político.

A Rede promove reuniões a cada dois anos, em países diferentes, para criar planos de ações relacionados à ampliação da área legislativa. A dinâmica de funcionamento da mesma compete influências e articulações que interagem com a sociedade civil e o Estado, mas, para além disso, torna viável demandas e interesses das mulheres em âmbito internacional.

Esta pesquisa propõe estudar essa experiência porque mobiliza condições em que as mulheres possam participar mais das tomadas de decisões políticas. Nesse sentido, se considera a importância e a abertura de possibilidades em abranger estudos sobre um campo ainda pouco propício às mulheres, sobretudo nos espaços de tomada de decisões. Além da precariedade de produções acadêmicas que articule a questão da mulher, política e África, colaborando para o estímulo e visibilização de mulheres que estão se tornando ativas no movimento pela igualdade e equidade em diversos âmbitos sociais, ultrapassando as fronteiras do campo político. Portanto, dispor-se a estudar sobre o tema é, também, se engajar na luta feminista e falar de África é ultrapassar a afirmação de identidade enquanto mulher para se assumir as dimensões políticas necessárias para o alcance da igualdade de gênero.

⁴ Existem diversos movimentos que se comprometem com o empoderamento e estímulo político para com as mulheres, sobretudo, tendo em vista a luta pela igualdade de gênero. Têm-se movimentos a nível mundial, redes, como é o caso da Marcha Mundial das Mulheres ou a Marcha das Margaridas; especificamente em África, pode-se citar também o Fórum Mulher em Moçambique, que firma uma luta pela causa feminina no geral e a Plataforma Política das Mulheres em Guiné Bissau, uma luta focada em âmbito da maior participação das mulheres no campo político, de maior agência e tomada de decisões.

2. JUSTIFICATIVA

A pesquisa proposta surge do estímulo ocorrido durante o desenvolvimento do Projeto de Iniciação Científica em que se foi estudada a questão da participação da mulher na história política contemporânea dos PALOP. A atividade foi realizada pela exploração, descrição e classificação de documentos e trabalhos acadêmicos disponíveis online no sentido de organizar e democratizar um acervo digital de fontes com destaque no tema da participação e representatividade política de mulheres africanas, o qual pudesse colaborar e estimular estudos em torno da temática, sobretudo para os estudantes da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB.

Considerando a pertinência na articulação entre mulher e política nos estudos de gênero, acentua-se a ênfase da mesma na área das Relações Internacionais, a qual se espera contribuir revisando limitações e possibilidades sobre as perspectivas femininas na agenda da política internacional. A proposta revela um interesse para a terminalidade nessa área, após a conclusão do curso Bacharelado em Humanidades.

Cabe aqui destacar as mudanças e prioridades que há na vida das mulheres, inclusive em torno dos temas da violência, saúde, educação, infraestrutura comunitária e erradicação da pobreza quando as mesmas, por exemplo, estão ocupando espaços de poder, seja no executivo, seja no legislativo. Conforme os dados da pesquisa feita pelo Fórum Econômico Mundial (2005) sobre as disparidades de gênero, se observa que as mulheres estão mais comprometidas do que os homens na dinâmica e transformação social. Nessa perspectiva, pode-se apontar riscos no desenvolvimento dos países com a ausência das mulheres em estruturas decisórias de poder, pois como aponta o relatório de Fórum:

A ausência de mulheres nas estruturas de governo significa inevitavelmente que prioridades nacionais, regionais e locais – isto é, como os recursos são alocados – são definidas sem participação significativa de mulheres, cuja experiência de vida em relação aos homens proporciona a elas uma compreensão diferenciada das necessidades, preocupações e interesses (FORUM ECONÔMICO MUNDIAL, 2005, P. 10).

Dessa forma, a mobilização das mulheres que compõem a Rede, e as quais lutam pelos seus direitos na sociedade civil, vem sendo proposta por meio do incentivo e empoderamento de outras mulheres para que possibilite não só a participação, mas também a presença delas

nos espaços de importantes decisões⁵. O empoderamento político permite a formulação de importantes ações que tratam de vulnerabilidades comuns à elas. Logo, dispor-se a estudar a Rede de Mulheres Parlamentares é assumir responsabilidades, necessidades e causas pela luta em direito de liberdade e igualdade entre homens e mulheres, especificamente, no campo político.

O estudo em torno da participação e representatividade de mulheres na política dos PALOP preconiza a reconfiguração de algumas categorias caracterizadas pela coerção social, como é o caso, por exemplo, de percepções do ser homem/mulher, feminino/masculino e na determinação de espaços e comportamentos adequados para cada grupo. Assim, a posição das mulheres passa a ganhar relevância em detrimento às estruturas de poder que limitam suas movimentações na sociedade.

À vista disso, a divisão sexual do trabalho é outro fator que compromete oportunidades e repertórios de vidas desiguais aos indivíduos. De acordo com Mama (1997, p. 19), o poder masculino está presente e, constantemente, se fortalecendo por um sistema ideológico marginalizante, sendo continuidade do período colonial, nacionalista e pós-colonial, que domestica e rebaixa o *status* legal e social das mulheres africanas.

Para pensar em alternativas de transformação para esta realidade, é preciso criar condições culturais e materiais que possibilite a abertura de reflexão e desenvolvimento em torno da ideia que fomenta a concepção sócio-cultural de gênero, correspondendo os significados e contextos africanos⁶. Então, pensa-se em usar da ciência para propor alternativas e reflexões em torno de categorias determinantes das desigualdades sociais e, principalmente, a de gênero.

⁵ Como salienta Galhera e Maso (2017, p. 7) “São muitas as jovens pesquisadoras que criam e recriam seus conhecimentos, que constroem um ambiente de trabalho mais igualitário e respeitoso e uma produção acadêmica centrada nas análises de gênero”.

⁶ Segundo Oyewùmí (2004, p. 9), “Análises e interpretação de África devem começar a partir de África. Significados e interpretações devem derivar da organização social e das relações sociais, prestando muita atenção aos contextos culturais e locais específicos”.

3. OBJETIVOS

Os objetivos traçados para esta pesquisa são:

3.1 GERAL

Analisar a constituição e atuação da Rede de Mulheres Parlamentares nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

3.2 ESPECÍFICOS

- Apresentar a Rede de Mulheres Parlamentares da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP);
- Verificar se a proposta do Plano de Ação da Rede de Mulheres Parlamentares consegue visibilidade e mobilização de interesses na Assembleia Parlamentar;
- Identificar narrativas e ações das mulheres que compõem a Rede na denúncia das desigualdades de gênero que impulsionam a opressão contra mulheres;
- Visibilizar o protagonismo das mulheres, e das mulheres negras em particular, dentro das Organizações Internacionais.

4. QUADRO TEÓRICO

Este estudo fundamentará em alguns conceitos básicos como: organização internacional, participação política, sociedade civil, gênero, democracia e desenvolvimento. É preciso considerar, no decorrer da pesquisa, que os aportes teóricos podem mudar para uma perspectiva ligada a área de Relações Internacionais, na qual será desenvolvida pesquisa projeto.

4.1 ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL

As relações internacionais são caracterizadas por um jogo de poder em um meio anárquico. Existem alguns elementos significativos inerentes à atuação, interação e decisão feitas entre os Estados por um viés da balança de poder, a qual influencia no comportamento de cada país no plano internacional. Para isso, se considera as zonas de influência, as práticas e os interesses internacionais, a segurança nacional e a sobrevivência estatal. Os processos diplomáticos passam a funcionar através alianças e cooperações acordadas entre os países, quando “os Estados decidiram criar novas instituições decorrentes dos liames permanentes que surgem entre eles e que fossem capazes de levar adiante ações de interesse comum” (SEINTEFUS, 2005, p. 18).

Para Ricardo Seintefus (2005):

As organizações internacionais são associações voluntárias de Estados que podem ser definidas da seguinte forma: trata-se de uma sociedade entre Estados, constituída através de um Tratado, com a finalidade de buscar interesses comuns através de uma permanente cooperação entre seus membros (SEINTEFUS, 2005, p. 32).

Essas organizações podem surgir de duas formas: como as organizações intergovernamentais internacionais, formadas por um conjunto de Estados em atuação conjunta a um denominador comum; como as organizações não governamentais, uma forma mais institucionalizada de cooperação (HERZ; HERZ, 2004).

Com estas organizações foi possível institucionalizar as relações, antes estabelecidas por princípios contratuais, de acordo com Seintefus (2005). Assim, junto aos interesses que se tornam comuns a alguns Estados, “surgem fenômenos de complementaridade e de

solidariedade entre eles” (SEINTEFUS, 2005, p. 32). Caso da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Nessa linha de raciocínio, com a criação de organizações internacionais é possível prever e resolver situações, atuando de forma conjunta. Marcada por um multilateralismo difuso que favorece na legitimação dessas relações, “lidando com problemas cada vez mais complexos no campo econômico, político e social” (HERZ; HERZ, 2004, p. 11).

4.2 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Entende-se por participação política a designação de atividades que permitem a movimentação do indivíduo diante de acontecimentos políticos, expressando suas ideologias dentro de um processo democrático. Bobbio et al. (1998, p. 889) afirma que a participação é condição inerente à qualidade da democracia pois,

supõe cidadãos atentos à evolução da coisa pública, informados dos acontecimentos políticos, ao corrente dos principais problemas, capazes de escolher entre as diversas alternativas apresentadas pelas forças políticas e fortemente interessados em formas diretas ou indiretas de participação.

E isto vai além do direito e ato de votar. Conforme Grosseli e Mezzaroba (2011), a conceitualização de participação política corresponde a:

uma forma de exercer direitos políticos e sociais garantidos pela Constituição. Especificamente, a participação política caracteriza-se pelas ações coletivas ou individuais, de apoio ou de pressão, que são direcionadas a selecionar governos e a influenciar as decisões tomadas por eles. Trata-se de uma participação ativa dos cidadãos nos processos políticos, sociais e comunitários e tem como objetivo influenciar as decisões que contemplem os interesses coletivos e o exercício da cidadania (GROSSELI; MEZZAROBA, 2011, p. 7131).

Entretanto, Bobbio et al. (1998, p. 890) complementa que a participação política podem ter níveis diferentes entre os indivíduos, a depender da classe social, por exemplo, é possível ter um grau mais elevado de instrução, sendo nos centros urbanos mais alto do que nas zonas agrícolas, entre pessoas educadas em famílias onde a política ocupa um lugar de relevo ou entre os que estão mais facilmente expostos a contatos com pessoas ou ambientes politizados.

Portanto, é, justamente, por meio da participação que se pode lutar pelos direitos e deveres dos indivíduos, de forma a colaborar para o desenvolvimento da cidadania. Participar é exercer a liberdade e igualdade prevista nos ideais democráticos em uma sociedade civil.

4.3 SOCIEDADE CIVIL

A sociedade civil, para Bobbio et al. (1998, p. 1206), é entendida como “a esfera das relações entre indivíduos, entre grupos, entre classes sociais, que se desenvolvem à margem das relações de poder que caracterizam as instituições estatais”, sendo a mesma considerada uma representação de um terreno que incita o conflito econômico, social, ideológico e religioso em que é responsabilidade do Estado mediar e suprimir as formas de poder político.

Percebe-se que a sociedade civil é formada por uma hierarquização com relações de poder. Assim, se leva em consideração a participação política presente e ativa de grupos sociais que tentam se aproximar do Estado para legitimar suas ações. Porém, quando há contraposições, Bobbio et al. (1998, p. 1210) complementa que “Daí a frequente afirmação de que a solução das crises que ameaçam a sobrevivência de um Estado deve buscar-se, antes de tudo, na sociedade civil, onde é possível a formação de novas fontes de legitimidade e, portanto, novas áreas de consenso”.

4.4 GÊNERO

A categoria de gênero foi inaugurada nos estudos acadêmicos pelas teóricas do feminismo nos anos 1970 porque compreenderam que ser mulher ou homem ia além das construções biológicas do sexo. Assim, os estudos feministas passaram a problematizar e refletir os papéis dos gêneros no mundo social, de uma perspectiva relacional, pois era preciso problematizar o binarismo e, por consequência, as desigualdades entre mulheres e homens.

Conceição Osório (2004), esclarece sobre o conceito de gênero:

“O conceito de género permite tornar visível o modo como as relações sociais entre homens e mulheres estruturam o modelo social, seja porque desvenda uma hierarquia social assente no sexo, seja porque permite pôr a nu os mecanismos que fundamentam a organização do poder. Quando falamos em relações de poder estamos a falar em poder enquanto acção, mas também como contraacção, em estratégias de dominação, mas também em estratégias de contra-dominação” (OSÓRIO, 2004, p. 2)

Dessa forma, pode-se perceber ações de um sistema que “disciplina, naturaliza e normatiza corpos, comportamentos, subjetividades e padrões de conduta” (GALHERA; MASO, 2017, p. 7) para manter um *status quo* que insiste na exploração e exclusão de poder, em que as mulheres, por muitas vezes, se situam em posição subalternizada e discriminatórias.

Portanto, é de grande importância levar em consideração a posição de Andrea Praun (2011), em que diz:

O reconhecimento da diferença de concepção entre sexo e gênero é importante porquanto representa uma ruptura com os modelos utilizados anteriormente nos estudos científicos. Enquanto o estudo se limitava às diferenças anatômicas entre os sexos, os estereótipos de masculinidade e de feminilidade ressaltavam sempre a primazia do homem sobre a mulher, e o caráter eminentemente domiciliar e familiar das funções femininas. A partir do momento em que se reconhece a categoria gênero, ela se torna fundamental para compreender a igualdade entre homens e mulheres no que diz respeito a direitos políticos, econômicos, sociais, familiares, trabalhistas... (PRAUN, 2011, p. 64).

Assim, pode-se salientar a importância dos estudos de gênero através da Rede de Mulheres Parlamentares, tratando das particularidades de mulheres na política, sobretudo, mulheres negras. Isso reconfigura interações sociais e viabiliza as mulheres reivindicações para que, cada vez mais, ocuparem espaços de poder e façam com que suas necessidades virem também pautas de ações políticas.

4.5 DEMOCRACIA

A democracia é entendida como um sistema de soberania popular, no qual os indivíduos escolhem quais serão os representantes de governo, tem a liberdade de se expressar e o direito de ir e vir de forma igual a todos os cidadãos. Grosseli e Mezzaroba (2011, p. 7129), consideram que “a democracia é entendida como um regime político que melhor protege e promove os direitos humanos. É definida, ainda, como regime fundado na soberania popular, na separação e desconcentração de poderes, com pleno respeito aos direitos humanos”.

Bobbio et al. (1998) explica:

A Democracia é compatível, de um lado, com doutrinas de diverso conteúdo ideológico, e por outro lado, com uma teoria, que em algumas das suas expressões e certamente em sua motivação inicial teve um conteúdo nitidamente antidemocrático, precisamente porque veio sempre assumindo um significado essencialmente comportamental e não substancial, mesmo se a aceitação destas regras e não de outras pressuponha uma orientação favorável para certos valores, que são normalmente considerados característicos do ideal democrático, como o da solução pacífica dos conflitos sociais, da eliminação da violência institucional no limite do possível, do freqüente revezamento da classe política, da tolerância e assim por diante (BOBBIO et al., 1998, p. 326).

Os processos democráticos podem ser comprometidos pela participação política dos cidadãos, os quais são capazes de intervir em qualquer ação que possa ameaçar o status moral e legal da própria democracia. Porém, esse mesmo regime pode ser limitado pelo poder governamental, atingindo a forma como cada um usufrui da democracia. Por mais controversa que seja os valores democráticos, são os cidadãos responsáveis pelo poder mais legítimo de participação e emancipação, considerando o que Grosseli e Mezzaroba (2011) dizem:

a passagem de uma cidadania estática para uma cidadania participativa precisa do empenho dos partidos políticos, de entidades não-governamentais, bem como do próprio Estado, para que o povo adquira a necessária educação política, para que o exercício da soberania popular aconteça calcada nos princípios da liberdade e da igualdade (GROSSELI E MEZZAROBA, 2011, p.. 7139).

A democracia pode se dar de diferentes formas a depender do contexto⁷ em que se estabiliza e do governo que se estabelece. Para tanto, é preciso adotar perspectiva de análise comparativa para se entender regimes democráticos.

4.6 DESENVOLVIMENTO

Desenvolvimento é um termo que confere a ideia de crescimento econômico, social e político, o qual possibilita capacidades de sustentações básicas aos cidadãos de determinado país. E isso conta com baixos índices de desigualdade e pobreza, por exemplo.

Furtado (2014) destacar um fator interessante sobre esta categoria, a qual:

⁷ Bobbio et al. (1998, p. 327) diz que “para as regras do jogo democrático se deve ter em conta a possível diferença entre a enunciação do conteúdo e o modo como são aplicadas”.

podem ser encontradas, em algumas de suas acepções, uma visão eurocêntrica, no sentido de que o conceito resulta de uma construção que tem como referência empírica, civilizacional e ideológica as sociedades ocidentais, mais específicas e primordialmente da Europa ocidental e da América do Norte (FURTADO, 2014, p. 93).

A realidade de muitos países do sul global é a de enfrentar situações um pouco mais desfavorecidas que as grandes potências mundiais. Com mecanismos da globalização e com a ideia das organizações internacionais, já é possível perceber uma governança global de diversos países trabalhando de forma conjunta e traçando cooperações essenciais para sanar desigualdades e abranger o acesso a serviços e bens sociais.

5. METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos propostos, essa futura pesquisa necessitará de um conjunto de pressupostos metodológicos que apresento abaixo:

O propósito deste trabalho se refere a um organismo da CPLP, a Rede de Mulheres Parlamentares, e se propõe estudar sua constituição e atuação nos PALOP. Isto posto, o estudo fundamenta-se nos procedimentos da pesquisa qualitativa, a partir do caráter descritivo-analítico enquadrado nos critérios de investigação das fontes documentais e bibliográficas.

A pesquisa qualitativa, com base em Cristiano Oliveira (2008), oferece noções teórico-metodológicas interpretacionistas que levam em consideração as interações e construções de sentidos entre os indivíduos e o meio em que vive. Entretanto, esta permite analisar como a realidade é experimentada, através dos valores sociais.

Este estudo conta com um caráter descritivo-analítico. A escolha desta abordagem se deu pelo fato de se pretender, em certo momento, descrever e/ou caracterizar a Rede, ao mesmo passo de verificar como se dá a sua atuação concomitante aos planos de ações políticas traçados. Nessa articulação, para Gil (2008, p. 28), a parte descritiva tem por objetivo a descrição "das características de determinada população ou fenômeno ou esclarecimento de relações entre variáveis". Já a analítica, explora o assunto por um levantamento de fontes, definidas aqui as documentais e as bibliográficas.

As fontes documentais podem ser consideradas "primárias" ou "secundárias". A primeira refere-se a produções ligadas diretamente com o objeto de estudo, ou seja, neste caso os documentos produzidos pela Rede, bem como aqueles produzidos pelas parlamentares que atuam na Rede ou outros documentos relacionados a mesma que sejam produzidos pela CPLP e/ou pelos PALOP. O segundo conjunto de documentos que se refere às fontes secundárias são as análises já feitas sobre o objeto em estudo. Lançarei mão de artigos, dissertações e teses publicadas sobre o tema das organizações políticas de mulheres em espaços de representação, além da atuação de mulheres em organizações internacionais para melhor compreender a realidade que pretendo investigar e contribuir com um estudo que de fato consiga expressar a atuação da Rede.

Godoy (1995, p. 21) aponta que a pesquisa documental representa um caráter inovador para materiais que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser

reexaminados, buscando-se novas e/ ou interpretações complementares, constitui o que estamos denominando pesquisa documental.

Já sobre a pesquisa bibliográfica, pouco se difere da pesquisa documental por se tratar de fontes. Gil (2008, p. 50) destaca a sua importância uma vez que “permite ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Esta vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço”.

Neste projeto, esses métodos de pesquisa se complementam na elaboração de análises e interpretações sobre o problema proposto. Dessa forma, à princípio, houve o levantamento de documentos que constitui o regimento da CPLP para entender melhor seu funcionamento e de onde nasce a Rede, ao mesmo passo que foi assegurada uma compreensão de conceitos teóricos importantes para melhor entendimento dos fenômenos.

Compactuando, ainda, com as ideias de Cristiano Oliveira (2008) sobre os aportes metodológicos para realização dessa pesquisa, nota-se que as contribuições desse tipo de investigação está na capacidade de compreender os fenômenos relacionados ao contexto das mulheres que fazem parte da Rede, proporcionando a real relação entre teoria e prática e oferecendo ferramentas eficazes para a interpretação de categorias como gênero e política.

6- CRONOGRAMA

SEMESTRE	Atividades			
	Levantamento de fontes documentais e bibliográficas	Leitura e análise das fontes encontradas	Elaboração da redação e revisão da pesquisa	Redação final, divulgação dos resultados e defesa
1º semestre	X	X		
2º semestre	X	X		
3º semestre		X	X	
4º semestre			X	
5º. semestre				X
6º. semestre				X

REFERÊNCIAS

- BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília: Unb, 1998. 1299 p. Traduzido por Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacaís e Renzo Dini.. Disponível em: <<http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Norberto-Bobbio-Dicionario-de-Politica.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2018.
- COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (Org.). **Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**. 2007. Disponível em: <https://www.cplp.org/Files/Filer/Documentos%20Essenciais/Estatutos_CPLP_REVLIS07.pdf>. Acesso em: 12 out. 2018.
- COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (Org.). **Histórico - como surgiu?:** processo histórico. Disponível em: <<https://www.cplp.org/id-2752.aspx>>. Acesso em: 06 set. 2018.
- FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL (FEM). **Empoderamento de mulheres:** avaliação das disparidades globais de gênero. Genebra, 2005. 3 - 28 p. Tradução e Edição de José Humberto Fagundes
- GALHERA, Katuscia Moreno; MASO, Tchella. ABERTURA:: DOSSIÊ “FEMINISMOS, GÊNERO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS”. **Monções:** Revista de Relações Internacionais da UFGD, Doourados, v. 6, n. 11, p.1-12, jan. 2017. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/6899>>. Acesso em: 19 out. 2018.
- GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip W.. **Conceitos essenciais da Sociologia**. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2017. 353 p. Tradução de Claudia Freire.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 220 p.
- GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa qualitativa:** tipos fundamentais. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 3, p.20-29, jun. 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2018
- GROSSELLI, Grasiela; MEZZARROBA, Orides. A participação política e suas implicações para a construção de uma cidadania e de uma cultura política democrática. In: ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI, 20, 2011. Belo Horizonte. Anais eletrônicos... Belo Horizonte-MG, 2011. Disponível em:<http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/grosselli_7.pdf>. Acesso em: 19 out. 2018.
- HERZ, Mônica; HERZ, Andrea Ribeiro Hoffman. **Organizações Internacionais:** história e práticas. 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 260 p.
- MAMA, Amina. **Heroínas e vilões:** conceituando a violência colonial e contemporânea contra as mulheres na África. In: ALEXANDER, Jacqui; MOHANTY, Chandra Talpade.

Feminist Genealogies, Colonial Legacies, Democratic Futures. New York/ London: Routledge, 1997. 19 p. Tradução de Caterina Rea.

OLIVEIRA, Cristiano Lessa de. UM APANHADO TEÓRICO-CONCEITUAL SOBRE A PESQUISA QUALITATIVA: TIPOS, TÉCNICAS E CARACTERÍSTICAS. **Revista Travessias**, Alagoas, v. 2, n. 3, p.1-16, 2008. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3122>>. Acesso em: 23 out. 2018.

OSÓRIO, Conceição. MULHERES, PODER E DEMOCRACIA. **Outras Vozes**, Moçambique, v. 9, n. 1, p.1-5, nov. 2004. Disponível em: <<http://www.wlsa.org.mz/wp-content/uploads/2014/11/Mulheres-poder-e-democracia.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2018.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. CONCEITUANDO O GÊNERO: OS FUNDAMENTOS EUROCÊNTRICOS DOS CONCEITOS FEMINISTAS E O DESAFIO DAS EPISTEMOLOGIAS AFRICANAS. **Codesria Gender Series: Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies. African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms**, Dakar, v. 1, p.1-10, 2004. Traduzido por Juliana Araújo Lopes. Disponível em: <https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/oy%C3%A8r%C3%B3nk%C3%A9_oy%C4%9Bw%C3%B9m%C3%AD_-_conceitualizando_o_g%C3%AAnero._os_fundamentos_euroc%C3%AAntrico_dos_conceitos_feministas_e_o_desafio_das_epistemologias_africanas.pdf>. Acesso em: 19 set. 2018.

PRAUN, Andrea Gonçalves. SEXUALIDADE, GÊNERO E SUAS RELAÇÕES DE PODER. **Revista Húmus**, São Luís, Maranhão, v. 1, n. 1, p.55-65, jan. 2011. Disponível em: <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/view/1641/1302>>. Acesso em: 20 out. 2018.

UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS (Org.). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>>. Acesso em: 12 out. 2018.

SANSONE, Livio; FURTADO, Cláudio Alves (Org.). **Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa**. Salvador: Edufba, 2014. 498 p.

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. **Manual das organizações internacionais**. 4. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005. 377 p.

SUÁREZ, Mireya. **DESCONSTRUÇÃO DAS CATEGORIAS "MULHER" E "NEGRO"**. XV ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 1991, Caxambú, Minas Gerais. Brasília: Grupo de Trabalho Temas e Problemas da População Negra no Brasil, 1992. v. 133, p. 1 - 16.